

Presidente do BC levou números "cor-de-rosa" aos credores

Mudanças políticas limitam negociação

18 JUL 1985

ESTADO DE SÃO PAULO

Dúvida Ext

MARIA CECÍLIA TEIXEIRA

A chamada fase III de reescalonamento dos débitos externos do País deve ser encarada como fruto das transformações políticas que a Nação está vivendo e, como tal, assume os contornos de toda a complexidade do momento. A aliança política que se formou para eleger Tancredo Neves; essa mesma aliança que foi compelida a dar suporte a José Sarney; a obrigatoriedade — em face do processo de democratização — de ouvir os representantes do povo e, por conseguinte, aparar as pressões políticas; e, sobretudo, o esforço para conter aqueles que tentam ganhar espaço político à custa do debate em torno da questão da dívida externa atuam como complicadores para o fechamento dos novos acordos internacionais com o FMI e os bancos credores.

É esse o parecer do representante, no Brasil, de um dos maiores bancos norte-americanos, que tem no País um considerável volume de aplicações. A seu ver, já existe um grau maior de conscientização, tanto por parte dos técnicos do FMI como dos técnicos brasileiros. Mas as discussões em torno da renegociação carecem de maior aquecimento a nível dos termos relativos aos acordos, deixando de lado o exagerado *passionalismo* com que vêm sendo conduzidas, internamente.

O Fundo é criticado, prossegue a fonte, porque sua atuação é vista como a de um médico, que prescreve o mesmo tratamento para todos os pacientes, que, por sua vez, sofrem de moléstias distintas. Mas suas decisões não podem envolver a emoção. "É seu dever analisar a situação dos países devedores friamente, sob a óptica meramente técnica, desconsiderando as variáveis sociais dessas nações".

A partir do momento em que o FMI der o sinal positivo com relação ao programa apresentado pelo Brasil, o acordo com os bancos deverá ser concluído muito rapidamente, afirma o banqueiro. Isso porque as posições dos bancos e do governo brasileiro são muito próximas e o acordo final deverá ser basicamente aquele quase fechado com a equipe do governo anterior. No entender da fonte, a despeito da postura indefinida da Nova República — "em função dos acontecimentos políticos" —, falta apenas aparar algumas arestas com o FMI, para que a fase III seja concluída.

Os técnicos brasileiros sentem-se ofendidos e encaram a questão do monitoramento como uma intromissão em seu trabalho. Mas esse não é um item crucial para o fechamento do acordo com o FMI, destaca o banqueiro. Em seu entender, deverá ser encontrada uma solução que compatibilize os dois lados. Muito mais relevante, afirma, é o sistema de amortizações crescentes do principal, que se por um lado é negativo — porque constitui uma remessa líquida de dinheiro para o Exterior —, por outro cria condições bastante promissoras para que os bancos estrangeiros forneçam novos empréstimos voluntários ao País.

No que se refere especificamente à renegociação com o Fundo, a demora na definição da 8ª Carta de Intenções é atribuída pelo banqueiro ao cuidado de ambas as partes envolvidas, no sentido de se evitar a sucessão de *waivers* ocorrida no passado. A fonte acredita que haverá maior tolerância por parte do FMI, por exemplo quanto à meta de expansão da base monetária — já que o próprio mecanismo de *relending* (reempréstimo) força a sua expansão — e de inflação. "Ninguém está tentando tirar todo o ar do Brasil", conclui.